





**Março/2019**

**Campo Grande-MS**

### **Relação de Notas Explicativas**

1 Contexto Operacional	<b>4</b>
2 Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Mato Grosso do Sul	<b>5</b>
3 Relação dos órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2018	<b>5</b>
4 Relação dos demais Órgãos e das Entidades Consolidados nas demonstrações Contábeis do exercício de 2018	<b>8</b>
5 Extinções, Fusões, Incorporações, Liquidações e Transformações	<b>8</b>
6 Base de Preparação	<b>8</b>
7 Moeda Funcional e de Apresentação	<b>9</b>
8 Resumo das Principais Políticas Contábeis	<b>9</b>
9 Balanço Orçamentário-Anexo 12	<b>13</b>
10 Balanço Financeiro-Anexo 13	<b>16</b>
11 Balanço Patrimonial-Anexo 14	<b>21</b>
12 Demonstrações das Variações Patrimoniais-Anexo 15	<b>39</b>
13 Demonstração Dos Fluxos De Caixa-Anexo 18	<b>43</b>
14 Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Líquido-Anexo 19	<b>44</b>

## **Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras**

### **1 Contexto Operacional**

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 15.412.257/0001-28, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na rua Desembargador Nunes da Cunha, Parque dos Poderes.

As atividades operacionais do Estado são amparadas pela Lei Estadual nº 5.152 de 27 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2018.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania; Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) das Empresas Dependentes Agrosul e MS-Mineral.

Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

## **2 Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Mato Grosso do Sul**

São controladas diretamente por Mato Grosso do Sul as empresas em que o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2018, são elas:

### **a) Empresas Estatais Dependentes:**

I- 130205-Empresa de serviços Agropecuários de MS (Em Liquidação)

II- 710203-MS Mineral-Empresa de Gestão de recursos Minerais

### **b) Empresas não Dependentes:**

I- 570202-Empresa de Saneamento de MS S/A-SANESUL

II-570203-Companhia de Gás do estado de MS-MSGÁS

## **3 Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2018**

- **Poder Legislativo**

010101- Assembleia Legislativa

030101- Tribunal de Contas

030901- Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de MS

- **Poder Judiciário**

050101- Tribunal de Justiça

050901- Fundo Especial p/Instalação, Desenv.e Aperfeiçoam.das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais

- **Ministério Público**

070101- Procuradoria Geral de Justiça

070901- Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público

070902- Fundo Especial de Execução de Programas de Combate às Drogas no Âmbito do Ministério Público

- **Poder Executivo**

110101- Secretaria de Estado de Fazenda

110901- Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias

110903- Fundo de Provisão de Recursos

110904- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Equilíbrio Fiscal do Estado

150101- Procuradoria-Geral do Estado

150901- Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado

270101- Secretaria de Estado de Saúde

270201- Fundação Serviços de Saúde de MS

270901- Fundo Especial de Saúde de MS

290101- Secretaria de Estado de Educação

290204- Fundação Universidade Estadual de MS

310101- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

310201- Departamento Estadual de Trânsito de MS

310202- Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

310901- Fundo Especial de Reequipamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS

310902- Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes

310903- Fundo Penitenciário do Estado do MS

330101- Defensoria Pública do Estado

330901- Fundo Especial p/ Aperfeiçoamento e o Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública

350101- Encargos Gerais Financeiros do Estado

350102- Encargos Gerais de RH e Patrimônio do Estado

510101- Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica

510201- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS

510202- Fundação de Desporto e Lazer de MS

510901- Fundo de Investimentos Esportivos

510902- Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado de MS  
530101- Controladoria-Geral do Estado  
550101- Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização  
550201- Fundação Escola de Governo de MS  
550203- Agencia de Previdência Social de MS  
550901- Fundo dos Procuradores de Entidades Públicas do MS  
570101- Secretaria de Estado de Infraestrutura  
570201- Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos  
570204- Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul  
570901- Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de MS  
570902- Fundo de Habitação de Interesse Social  
650101- Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho  
650201- Fundação do Trabalho de MS  
650901- Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência  
650902- Fundo Estadual de Assistência Social  
650903- Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor  
690101- Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania  
690201- Fundação de Cultura de MS  
690202- Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e TV Educativa de MS  
690901- Fundo de Investimentos Culturais do Estado de MS  
710101- Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar  
710201- Agência Estadual de Metrologia  
710202- Junta Comercial do Estado de MS  
710203- Empresa de Gestão de Recursos Minerais  
710204- Instituto de Meio Ambiente de MS  
710205- Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal  
710206- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural  
710207- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de MS  
710208- Fundação de Turismo de MS  
710901- Fundo de Defesa e Reparação de Interesses Difusos e Lesados  
710903- Fundo Estadual dos Recursos Hídricos  
710904- Fundo de Regularização de Terras

710905- Fundo para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja

710906- Fundo Estadual de Terras Indígenas

710907- Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de MS

#### **4 Relação dos demais Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018.**

530901-Fundo estadual de Combate a Corrupção- Criado pela Lei n. ° 5.150, de 27/12/2017

650904-Fundo estadual dos Direitos da Pessoa Idosa- Criado pela Lei n. ° 5.095, de 17/11/2017

690902-Fundo estadual de Juventude- Criado pela Lei n. ° 5.245, de 13/08/2018

#### **5 Extinções, Fusões, Incorporações, Liquidações e Transformações**

A Empresa Pública Dependente de Serviços Agropecuários de MS –AGROSUL (130205), teve sua liquidação autorizada pela Lei n.º 2.598 de 26 de dezembro de 2002 e suas atividades suspensas pela Lei n° 2.152, de 26 de outubro de 2000.

Encontra-se com o CNPJ ativo em razão de possuir participação em duas Armazenadoras do Município de Costa Rica, ainda não alienada. A Empresa só será liquidada quando sanada as questões de obrigações em atendimento ao disposto no art. 84 da Lei n° 4.640, de 24 de dezembro de 2014.

#### **6 Base de Preparação**

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) n° 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal n° 101/2000.

As Demonstrações Contábeis estão consolidadas considerando as Operações Intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

## **7 Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

## **8 Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

### **b) Créditos e Dívidas**

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

### **c) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção e aquisição.

### **d) Investimentos Permanentes**

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as do exercício com parecer da Auditoria Independente. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

**e) Imobilizado**

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. Compete a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização as atividades relativas aos imóveis do Poder Executivo Estadual utilizados em serviço público, dos classificados como bens dominiais e dos arrendados ou em poder de terceiros a título precário, no que tange ao controle e à fiscalização, da conservação dos imóveis, da avaliação para compra, da alienação, da cessão, da permuta, da doação e de outras outorgas de direito admitidas em lei. Através do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário (SIGESPI) é regulado a operacionalização, o controle e a supervisão das atividades de gestão do patrimônio imobiliário dos órgãos e das entidades do Poder Executivo do Estado (Decreto n.º14.594, de 31 de outubro de 2016).

**f) Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos

termos da doação. Compete a Junta de Avaliação do Estado de Mato Grosso do Sul, órgão colegiado de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes (SEOP), conforme o Decreto n.º 12.25, de 30 de janeiro de 2007, deliberar sobre a avaliação dos valores de alguns casos de bens imóveis.

**g) Depreciação, Amortização e Exaustão**

A depreciação de bens adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2014 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela com base na Instrução Normativa da RFB n.º 1.700 de 14 de março de 2017.

**h) Restos a Pagar**

**Inscrição**

Foram inscritas em Restos a Pagar as despesas do exercício financeiro empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro de 2018, cumpridas as formalidades deste Decreto e do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (LRF), observando-se o seguinte:

- I - em Restos a Pagar Processados as despesas legalmente empenhadas e efetivamente liquidadas no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), com a entrega do material, a prestação do serviço ou a execução da obra, pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2018;
- II - em Restos a Pagar Não Processados as despesas de caráter essencial, devidamente justificadas pelo ordenador da despesa e condicionadas à existência da disponibilidade financeira necessária à sua cobertura.

**Cancelamentos**

Deverão ser cancelados:

- I - O saldo de Restos a Pagar Processados, relativo ao exercício de 2013, exceto quando decorrente de sentenças judiciais;
- II - Os saldos de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores a 2018, que correspondam à despesa não liquidada até 17 de dezembro de 2018.

**i) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**

O Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta “crédito empenhado liquidado pago” no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

**j) Registro da Receita Orçamentária**

O Estado adota o procedimento de registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado”. Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

**k) Distinção entre Circulante e Não Circulante**

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

## Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

### 9 Balanço Orçamentário-Anexo 12

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Foi utilizado no exercício de 2018 o valor de R\$ 185.279.289,00 do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais.

#### 9.1 Dotação Atualizada

A diferença demonstrada entre a "Dotação Inicial" e a "Dotação Atualizada" da despesa, no montante de **R\$ 3.813.603.519,00**.

<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Valor</b>
<b>Dotação Inicial</b>	14.497.314.000,00
<b>Crédito Adicional-Suplementar</b>	6.263.644.059,05
<b>Crédito Adicional-Especial</b>	14.460.700,00
<b>Superávit Financeiro do Exercício Anterior</b>	185.279.289,00
<b>Dotação Adicional-Excesso de Arrecadação</b>	3.605.658.530,00
<b>Dotação Adicional-Operação de Crédito</b>	22.665.700,00
<b>(-) Cancelamento de Dotações</b>	(2.464.501.240,05)
<b>(-) Valor Global da Dotação Adicional por Fonte</b>	(3.813.603.519,00)
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>	18.310.917.519,00
<b>Reserva de RPPS</b>	553.200,00
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>18.310.917.519,00</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## 9.2 Receitas e Despesas Intra Orçamentárias

<b>Receita Intra Orçamentaria</b>	<b>Valor</b>
Previsão Inicial	1.294.955.200,00
Previsão Atualizada	3.408.213.973,00
<b>Receitas Realizadas</b>	<b>2.293.577.566,46</b>

Fonte: Anexo 1-Balanço Orçamentário-RREO 6º bimestre de 2018

<b>Despesa Intra Orçamentaria</b>	<b>Valor</b>
Dotação Inicial	1.861.882.800,00
Dotação Atualizada	2.206.422.270,19
Despesas Empenhadas	2.016.234.975,78
Despesas Liquidadas	2.016.233.255,02
<b>Despesas Pagas</b>	<b>1.942.822.450,21</b>

Fonte: Anexo 1-Balanço Orçamentário-RREO 6º bimestre de 2018

A diferença entre a Receita Intra Orçamentaria Realizada R\$ 2.293.577.566,46 e a Despesa Intra Orçamentaria Empenhada R\$ 2.016.234.975,78 orçamentário do período foi Superavitária em R\$ 277.342.590,68.

## 9.3 Execução dos Restos a Pagar

Os restos a pagar Não Processados Liquidados durante o exercício, foram transferidos para Restos a Pagar Processados conforme dispõe IPC 03-Encerramento de Contas Contábeis no PCASP (Balancete mês 014):

“No encerramento do exercício, o saldo da conta de Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar é transferido para a conta de Restos a Pagar Processados a Pagar. Ou seja, os Restos a Pagar não Processados que forem liquidados, ao final do exercício em que ocorreu a liquidação, são transformados em Restos a Pagar Processados”.

<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>Valor</b>
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2017	11.884.585,54
Inscritos em 31/12/2017	1.014.335.537,23
Total Inscritos	1.026.220.122,77

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>Valor</b>
RP Não Processados Liquidados a Pagar	16.277.647,75
RP Não Processados Liquidados Pagos	478.545.197,66
<b>Total Liquidados</b>	<b>494.822.845,41</b>
RP Não Processados Pagos	478.545.197,66
<b>Total Pagos</b>	<b>478.545.197,66</b>
RP Não Processados Cancelados	493.917.690,00
<b>Total Cancelados</b>	<b>493.917.690,00</b>
<b>Saldo = Inscritos – (Pagos + Cancelados)</b>	<b>53.757.235,11</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>Valor</b>
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2017	58.031.113,85
Inscritos em 31/12/2017	736.671.831,51
<b>Total Inscritos</b>	<b>794.702.945,36</b>
RP Processados Pagos	704.554.457,07
<b>Total Pagos</b>	<b>704.554.457,07</b>
RP Processados Cancelados	8.324.296,02
<b>Total Cancelados</b>	<b>8.324.296,02</b>
<b>Saldo = Inscritos – (Pagos + Cancelados)</b>	<b>81.824.192,27</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **9.4 Resultado Orçamentário**

	<b>Valor</b>
Receitas Realizadas	14.923.502.296,31
Despesas Empenhadas	14.720.730.799,73
<b>Resultado Orçamentário Superavitário</b>	<b>202.771.496,58</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## **10 Balanço Financeiro-Anexo 13**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Ou seja, no Anexo 13-Balanço Financeiro, por ser elaborado pelo Regime de Caixa (MCASP 7ª edição), são considerados somente os registros que “sensibilizam” caixa ou equivalentes, diferente do Balancete Contábil e do Anexo 17-Demonstrativo da Dívida Flutuante, pois nesses demonstrativos são considerados todos os registros contábeis.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

### **10.1 Transferências Financeiras Recebidas**

Refletem as movimentações de recursos **Financeiros** entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. São demonstradas as transferências orçamentárias e extra orçamentárias.

<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>Valor</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	12.737.946.016,61
*Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	57.016.033,14
<b>Total</b>	<b>12.794.962.049,75</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

\* Os valores totais dos Registros das Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS foram de R\$ 79.518.289,43, sendo que o valor R\$ 57.016.033,14 corresponde somente aos registros financeiros (pagos) e a diferença dos valores registrados de R\$ 22.502.256,29, corresponde a apropriação patrimonial.

## 10.2 Recebimentos Extra Orçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a. ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b. inscrição de restos a pagar.

<b>Outros Recebimentos Extra Orçamentários</b>	
<b>Conta Contábil -Descrição</b>	<b>Valor</b>
113110101-Salários e Ordenados - Adiantamentos	1.086.884,85
113110102-13º Salário Adiantamento	192.909,00
113110103-Férias Adiantamento	92.651,21
113110199-Outros Adiantamentos de Pessoal	507.315,50
113130101-Salários e Ordenados-Adiantamentos	179.274,90
113211100-INSS a Compensar	112.429.949,01
113230600-Contribuição ao RGPS a Compensar	22.103.346,33
113810600-Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	9.838.227.113,92
113810800-Créditos a Receber -Salário Família Pago	36.433,01
113810801-Créditos a Receber - Salário Família Pago-RGPS	7.079,60
113810801-Créditos a Receber- Salário Família Pago-RPPS	221,97
113810900-Créditos a Receber -Salário Maternidade Pago	3.191.725,83
113810901-Créditos a Receber-Salário Maternidade, SF Pago-RGPS	3.181.014,17
113810902-Créditos a Receber-Salário Maternidade Pago-RPPS	628.203,38
113810903-Créditos a Receber -Reembolso de Salário Mat., SF Pago-RPPS	9.103.932,16
113811102-Créditos a Receber -Aux. Doença e Acidentes Pago	55.965,26
113811200-Créditos a Receber -Cessão de Pessoal	5.575.005,84
113811700-Créditos a Receber decorrentes de Folha de pagamento	9.763,24
113819901-MS PREV	377.407.338,78
113819999-Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	36.261.540,76

*Balanco Geral 2018*  
*Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*

113820800-Créditos a Receber- Reembolso de Salário Família Pago	246.666,50
---	------------

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

<b>Conta Contábil -Descrição</b>	<b>Valor</b>
113820900-Créditos a Receber -Reembolso de Salário Maternidade Pago	4.808.192,09
113821100-Créditos A Receber -Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes	2.812.762,53
113822903-Outros Credores Entidades e Agentes	17.809.074,79
113829900-Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	223.490,54
121210699-Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.250,97
215050100-Repartição da Cota de ICMS	526.482.202,29
215050200-Repartição da Cota de IPVA	290.487.230,83
215050300-Repartição da Cota do IPI	18.845.253,97
218110300-Outros Credores - Entidades e Agentes	-22.171.777,79
361410300-Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	1.242.109,11
445210102-Remuneracao de Depósitos Bancários	4.597.304,79
491010101-Variacao Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar	4.712.100.300,36
<b>Total</b>	<b>15.967.776.729,70</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### 10.3 Pagamentos Extra Orçamentários

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

- a. relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

<b>Outros Pagamentos Extra Orçamentários</b>	
<b>Conta Contábil- Descrição</b>	<b>Valor</b>
113110101-Salários E Ordenados - Adiantamentos	1.150.585,17
113110102-13º Salário Adiantamento	208.826,61
113110103-Férias Adiantamento	110.937,03
113110199-Outros Adiantamentos de Pessoal	689.987,84
113110400- Adiantamentos a Fornecedores	262,68
113130101-Salários e Ordenados-Adiantamentos	179.274,90
113211100-INSS a Compensar	112.475.791,40
113230600-Contribuição ao RGPS a Compensar	22.163.667,80

*Balanço Geral 2018*  
*Governo do Estado de Mato Grosso do Sul*

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

<b>Conta Contábil- Descrição</b>	<b>Valor</b>
113810600-Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	9.838.418.300,62
113810800-Créditos a Receber-Salário Família Pago	36.433,01
113810801-Créditos a Receber -Salário Família Pago-RGPS	7.079,60
113810801-Créditos a Receber- Salário Família Pago-RPPS	221,97
113810900-Créditos a Receber- Salário Maternidade Pago	3.223.469,87
113810901-Créditos a Receber- Salário Maternidade, SF Pago-RGPS	3.149.424,26
113810902-Créditos a Receber -Salário Maternidade Pago-RPPS	1.274.173,22
113810903-Créditos a Receber-Reembolso de Salário Mat. e SF Pago-RPPS	8.459.931,69
113811102-Créditos a Receber por Aux. Doença e Acidentes Pago	55.965,26
113811200-Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	5.575.005,84
113811700-Créditos a Receber Decorrentes de Folha de pagamento	9.763,24
113812900-Creditos a Receber de Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	94.460,96
113819901-MS PREV	367.897.790,13
113820800-Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago	246.666,50
113820900-Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	4.555.652,06
113821100-Créditos a Receber P/Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes	2.483.383,22
113822903-Outros Credores Entidades e Agentes	654.207,69
113829900-Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	197.804,33
215050100-Repatrição da Cota de ICMS	506.411.795,66
215050200-Repatrição da Cota de IPVA	287.263.714,87
215050300-Repatrição da Cota do IPI	21.020.667,50
361410300-Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	2.695.536,61
445210102-Remuneracao de Depósitos Bancários	1.453.427,50
491010101-Variacao Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar	4.711.909.113,66
<b>Total</b>	<b>15.904.073.322,70</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **10.4 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas**

Refletem as movimentações de **Recursos Financeiros** entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de

recursos relativos aos restos a pagar. Estes valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas

<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>Valor</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	12.737.946.016,61
*Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	57.016.033,14
<b>Total</b>	<b>12.794.962.049,75</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>Valor</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	12.737.946.016,61
*Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	57.016.033,14
<b>Total</b>	<b>12.794.962.049,75</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

\* Os valores totais dos Registros das Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS foram de R\$ 79.518.289,43, sendo que o valor R\$ 57.016.033,14 corresponde somente aos registros financeiros (pagos) e a diferença dos valores registrados de R\$ 22.502.256,29, corresponde a apropriação patrimonial.

### **10.5 Resultado Financeiro**

	<b>Valor</b>
Saldo do Exercício Anterior	1.625.721.198,23
Saldo para o Exercício Seguinte	1.692.864.487,06
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>67.143.288,83</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## **11 Balanco Patrimonial-Anexo 14**

O Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

### **11.1 Ativo Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- a. estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b. terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

#### **11.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

- **Conta Única – Tesouro**

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam- -se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

- **Conta Única – RPPS**

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

Com a Lei 5.101 de 01 de dezembro de 2017, com a extinção do Plano Financeiro todos os recursos passam para o Plano Previdenciário.

- **Demais Contas**

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

- **Rede Bancaria – Arrecadação**

Compreende o somatório dos recursos referentes a receitas arrecadadas e não recolhidas.

- **Aplicações Financeiras**

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos aplicados no mercado financeiro.

Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

### **11.1.2 Créditos a Curto Prazo**

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

### 11.1.3 Dívida Ativa Tributária

Créditos vencidos a favor do Estado, provenientes de obrigação legal relativa a tributos acrescidos dos respectivos juros e encargos, com expectativa de realização até doze meses da data destas demonstrações contábeis.

<b>Dívida Ativa Tributaria</b>			
Circulante			<b>Valor</b>
Créditos	Não	Previdenciários	23.810.540,86
Inscritos			
Dívida Segmentada Recebível			23.810.540,86

Fonte: Relatório da Procuradoria geral do Estado-PGE

- **Dívida Segmentada (Recebível)**

Trata a segmentação do estoque da dívida ativa (recebível) da seleção dos valores passíveis de serem cobrados das empresas com “cadastramento ativo” do montante total da dívida ativa estadual, conforme OFÍCIO/PGE/PCDA N° 001/2019.

- **Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária**

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário.

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados é calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

#### **11.1.4 Dívida Ativa Não Tributária**

Créditos não tributários vencidos a favor do Estado, acrescidos dos respectivos juros e encargos, com expectativa de realização até doze meses da data destas demonstrações contábeis.

<b>Dívida Ativa Não Tributaria</b>	
Circulante	<b>Valor</b>
Dívida Ativa Não tributaria	537.117,05
Dívida Segmentada Recebível	537.117,05

Fonte: Relatório da Procuradoria geral do Estado-PGE

#### **11.1.5 Créditos Previdenciários Parcelados**

Conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV n.º 00613/2017, a Agencia de Previdência Social de Mato Grosso do Sul da quantia de R\$ 33.295.149,76 (trinta e três milhões e duzentos e noventa e cinco mil e cento e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos) que serão pagos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social-RPPS dos servidores públicos ao período de 11/2016 a 05/2017, conforme Demonstrativo Consolidado de Parcelamento-DCP:

<b>Créditos Previdenciários</b>	
Circulante	<b>Valor</b>
31/12/2017	5.835.357,89
31/12/2018	6.828.541,54

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **11.1.6 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo.

<b>Títulos de Responsabilidade do Tesouro</b>	
<b>Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	77.153.274,58
31/12/2018	73.913.860,08

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.1.7 Estoques**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

<b>Estoques</b>	
<b>Circulante</b>	<b>Valor</b>
Almoxarifado	59.683.986,77
Material de Distribuição Gratuita	7.722.483,85
<b>Total</b>	<b>67.406.470,62</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.1.8 VPD-Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

<b>Assinaturas e Anuidades a Apropriar</b>	
<b>Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	329.097,26
31/12/2018	252.252,45

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.2 Ativo Não Circulante**

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

### 11.2.1 Dívida Ativa Tributária

Créditos vencidos a favor do Estado, provenientes de obrigação legal relativa a tributos acrescidos dos respectivos juros e encargos, com expectativa de realização após doze meses da data destas demonstrações contábeis.

<b>Dívida Ativa Tributaria</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>Valor</b>
Créditos Não Previdenciários Inscritos	9.728.348.791,22
(-) Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(8.934.130.432,98)
<b>Dívida Segmentada Recebível</b>	<b>818.028.899,10</b>

Fonte: Relatório da Procuradoria geral do Estado-PGE

### 11.2.2 Dívida Ativa Não Tributária

Créditos não tributários vencidos a favor do Estado, acrescidos dos respectivos juros e encargos, com expectativa de realização após doze meses da data destas demonstrações contábeis.

<b>Dívida Ativa Não Tributaria</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>Valor</b>
Dívida Ativa Não tributaria	290.058.339,57
(-) Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(8.626.782,95)
<b>Dívida Segmentada Recebível</b>	<b>281.431.556,62</b>

Fonte: Relatório da Procuradoria geral do Estado-PGE

### 11.2.3 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades

<b>Matéria Prima</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	184.900,57
31/12/2018	252.532,84

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **11.2.4 Investimentos**

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

- **Participações Permanentes**

Compreende as participações permanentes do Estado em outras entidades em forma de ações ou cotas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

A aplicação do MEP, consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, sendo que o valor do investimento será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada.

<b>Participações Societárias</b>	
<b>UG-Investidora/Investida</b>	<b>Participação %</b>
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Amambai S/A	96,48
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Sidrolândia S/A	79,09
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Aral Moreira S/A	96,50
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Costa Rica S/A	91,13
570101-Seinfra/ Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul-MSGAS	51,00
570101-Seinfra/ Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.SANESUL	99,91
570201-Agesul/ Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.SANESUL	0,09
710206-Agraer/ Centrais de Abastecimento de Mato G do Sul S/A CEASA/MS	87,62

Fonte: Contrato de Participação

<b>Avaliação de Investimentos</b>	
<b>UG-Investidora/Investida</b>	<b>Valor</b>
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Amambai S/A	464.857,15
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Sidrolândia S/A	0,00
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Aral Moreira S/A	5.303,61
130205-Agrosul/ Empresa Armazenadora de Costa Rica S/A	3.164.948,41
570101-Seinfra/ Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul-MSGAS	13.967.472,14
570101-Seinfra/ Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.SANESUL	649.415.000,00
570201-Agesul/ Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.SANESUL	585.000,00
710206-Agraer/ Centrais de Abastecimento de Mato G do Sul S/A CEASA/MS	725.114,29
<b>Total</b>	<b>609.877.195,93</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.2.5 Imobilizado**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares.

Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial e de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização Patrimonial (Unidade Gestora 550101).

- **Bens Móveis** - Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

- **Bens Imóveis** - Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.
  
- **(-) Depreciação Acumulada- Bem Móveis** - Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal no 162/1998.

### **11.2.6 Intangível**

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas desta unidade da Federação.

### **11.3 Passivo Circulante**

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

#### **11.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

### **11.3.1.1 Precatórios**

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, e a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela.

No Estado, optou-se pela execução orçamentária na própria entidade devedora do precatório (Item 6.2.3, parte III-Procedimentos Contábeis específicos do MCASP), e o pagamento é determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, que fica responsável apenas pelo pagamento dos precatórios a partir dos recursos disponibilizados na conta especial e pela notificação das entidades após o pagamento, sendo que os mesmos atendem uma ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional – EC no 62, de 9 de dezembro de 2009).

Por meio do artigo 1º do Decreto Estadual no 12.941 de 8 de março de 2010, o Estado de Mato Grosso do Sul optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional no 62/2009 (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

<b>Precatórios de pessoal</b>	
<b>Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	172.583.183,93
31/12/2018	36.970.496,02

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia

elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

### **11.3.2.1 Precatórios**

Os Precatórios correspondem a ordens judiciais contra o ente público federal, estadual, municipal ou distrital, determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública, sendo constituído por intermédio de decisão judicial transitada em julgado.

<b>Precatórios de Fornecedores Nacionais</b>	
<b>Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	7.000.000,00
31/12/2018	18.354.324,54

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## **11.4 Passivo Não Circulante**

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

### **11.4.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo

#### **11.4.1.1 Precatórios**

Os Precatórios correspondem a ordens judiciais contra o ente público federal, estadual, municipal ou distrital, determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública, sendo constituído por intermédio de decisão judicial transitada em julgado

<b>Precatórios de pessoal</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	89.550.395,13
31/12/2018	89.550.395,13

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **11.4.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Precatórios de Fornecedores Nacionais

<b>Precatórios de Fornecedores Nacionais</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>Valor</b>
31/12/2017	557.992.392,90
31/12/2018	317.902.454,80

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### **11.5 Provisões a Longo Prazo**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

##### **11.4.1 Provisões Matemáticas Previdenciárias**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

A provisão matemática previdenciária representa as contribuições previdenciárias que em anos anteriores não foram vertidas para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários, cujos valores foram provisionados pela unidade gestora do RPPS a Ageprev.

<b>Plano Financeiro</b>		
<b>Títulos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>0,00</b>	<b>10.020.158,02</b>
(+) Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	0,00	59.513.432.176,33
(-) Contribuições do Ente	0,00	(11.896.770.255,02)
(-) Contribuições do Aposentado	0,00	(13.970.839.927,43)
(-) Contribuições dos Pensionistas	0,00	(1.760.921.665,99)
(-) Compensação Previdenciária	0,00	(122.361.176,85)
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	0,00	(11.902.686.435,27)
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00	(31.746.602.812,31)
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	0,00	66.217.012.637,78
(-) Contribuições do Ente	0,00	(20.463.004.733,30)
(-) Contribuições do Servidor	0,00	(6.717.506.979,55)
(-) Compensação Previdenciária	0,00	(3.042.837.097,23)
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00	(30.617.464.201,63)

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

<b>Plano Previdenciário</b>		
<b>Títulos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Provisões de Benefícios Concedidos</b>	<b>17.465.909.662,72</b>	<b>2.696.410,92</b>
(+) Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	38.530.145.834,48	3.456.937,08
(-) Contribuições do Ente	18.879.076.312,66	0,00
(-) Contribuições dos Aposentado	1.949.298.462,34	0,00
(-) Contribuições do Pensionista	229.227.448,52	760,526,16
(-) Compensação Previdenciária	6.633.948,24	0,00
<b>Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>4.663.027.423,97</b>	<b>(393.998.570,65)</b>
(+) Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	24.642.912.964,61	1.154.765.201,67
(-) Contribuições do Ente	14.809.926.294,49	(1.059.436.531,06)

<b>(-) Contribuições do Servidor</b>	3.727.236.803,32	(489.327.241,26)
<b>(-) Compensação Previdenciária</b>	1.442.722.442,83	0,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

<b>Provisões Atuariais Para Ajuste do Plano</b>	<b>645.705.242,84</b>	<b>645.705.242,84</b>
<b>(+) Ajuste de resultado Actuarial Superavitário</b>	<b>645.705.242,84</b>	<b>645.705.242,84</b>

**SITUAÇÃO ATUARIAL**

<b>Plano Financeiro - Equilíbrio Técnico Actuarial</b>	<b>0,00</b>
<b>Plano Previdenciário - Déficit Técnico Actuarial</b>	<b>(22.030.241.992,17)</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

Os valores acima foram registrados na Agência de Previdência Social – AGEPREV e estão consolidados no Balanço Patrimonial como Passivo Actuarial, em consonância com o Anexo I- Demonstrativo de Reserva matemática realizado pela Brasilis Consultoria.

### **11.5 Patrimônio Líquido**

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

É a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido.

A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

<b>Títulos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Patrimônio Social e Capital Social	17.230.097,32	17.230.097,32
Resultados Acumulados	(25.343.383.054,88)	(4.456.811.808,73)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(25.326.152.957,56)</b>	<b>(4.439.581.711,41)</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

- **Capital Social**

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

<b>Capital Social</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>130205-Agrosul- Em liquidação</b>	13.803.453,68	13.803.453,68
<b>710203-MS Mineral</b>	3.426.643,64	3.426.643,64
<b>Total do Capital Social Realizado</b>	<b>17.230.097,32</b>	<b>17.230.097,32</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

- **Resultados Acumulados**

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

<b>Resultados Acumulados</b>		
<b>Títulos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Superávits de Exercícios Anteriores</b>	(4.456.811.808,73)	(4.773.832.278,73)
<b>Resultado Patrimonial do Período-DVP</b>	1.056.528.402,91	182.448.523,53
<b>*Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	(21.943.099.649,06)	134.571.946,47
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(25.343.383.054,88)</b>	<b>(4.456.811.808,73)</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

- **Ajustes de Exercícios Anteriores**

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2018, substancialmente, em função de:

a) VPD-Variação Patrimonial Passiva referente a reconhecimento patrimonial de despesas de exercícios anteriores, das despesas Empenhadas no Elemento “92-Despesas de Exercícios Anteriores”.

São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício

correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

- Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente (MCASP-7ª Edição-Parte I-Procedimentos Contábeis Orçamentários), e Retificação de Erros de Exercícios Anteriores, não atribuíveis a fatos subsequentes.

b) Registro de Registro de Provisões Matemáticas Previdenciárias pela AGEPREV, referente reavaliação do exercício de 2017, elaborado pela Brasilis Consultoria Atuarial, o que resultou em Ajustes das Provisões no Exercício de 2017.

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	R\$
VPD de Reconhecimento Patrimonial de despesas empenhadas no elemento "92"	<b>88.400.886,33</b>
<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias-2017</b>	<b>21.854.698.762,73</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>21.943.099.649,06</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## **11.6 Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Crédito

Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”. (Item 4.2.2, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do MCASP, 7ª edição)

<b>*Ativo</b>	<b>9.857.155.825,09</b>
Ativo Financeiro (F)	1.690.092.872,65
Ativo Permanente (P)	8.167.062.952,44

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

\* Comparando o Ativo (Balancete de Verificação) R\$ 9.857.166.010,21 com o Ativo (Anexo 14-Balanço Patrimonial) R\$ 9.857.155.825,09, verificamos uma diferença de R\$ 10.185,12, que corresponde a dois registros não computadas por problemas sistêmicos, na elaboração do Relatório (Anexo 14), em razão da não identificação das contas correntes da conta contábil - 121210602-Depositos Judiciais, como segue:

**UG-Conta Corrente - Valor**

710206-9999999999999999990240000000P-R\$ 7.185,12,

110101-9999999999999999990100000000P-R\$ 3.000,00

Em razão dos relatórios já estarem finalizados para Prestação de Contas, será orientado as unidades envolvidas que retifiquem estes registros no exercício de 2019 como Ajustes de Exercícios Anteriores, para que não interfiram na apuração do resultado do exercício em que forem lançados.

<b>Passivo</b>	<b>35.943.084.751,72</b>
<b>Passivo Financeiro (F)</b>	<b>2.004.101.855,91</b>
Passivo Financeiro	1.244.336.071,96
RP Não Processados a Liquidar-Inscritos no Exercício	722.286.196,59
RP Não Processados a Liquidar- Exercícios Anteriores	37.479.587,36
<b>Passivo Permanente (P)</b>	<b>33.938.982.895,81</b>
Passivo Circulante	774.158.998,48
Passivo Não Circulante	33.164.823.897,33

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### **11.7 Balanço Patrimonial-Anexo 14 (Exceto Contas Intra Orçamentárias)**

Operações Intra Orçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos.

As receitas Intra Orçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade.

Dessa forma, a fim de se evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações Intra Orçamentárias na consolidação das contas públicas, a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006, incluiu as “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas. Essas classificações, segundo disposto pela Portaria que as criou, não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

No Balanço Patrimonial-Anexo 14 (Exceto Contas Intra Orçamentárias) os saldos das contas foram excluídos para viabilizar a consolidação das contas.

Em decorrência do processo de conciliação contábil dos registros do Ativos e Passivo Intra Orçamentários, ser dependente de alguns Módulos Sistêmicos que estavam em processo de desenvolvimento, somente a partir do exercício corrente (2018), foi possível encaminhar o Balanço patrimonial-Anexo 14, excetuando os valores Intra Orçamentários, conforme estabelece o item 4.2.1 do MCASP (7ª edição).

Por este motivo e por se tratar do primeiro exercício de elaboração do anexo, excepcionalmente, o mesmo não apresentará a coluna de “Exercício Anterior (2017), do referido relatório.

## **12 Demonstrações das Variações Patrimoniais-Anexo 15**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado foi de R\$ 1.056.528.402,91 que saldo patrimonial do Anexo 14- Balanço Patrimonial.

### **12.1 Variações Patrimoniais Aumentativas**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	36.241.657.531,60	30.064.365.174,89

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

As Variações Patrimoniais Aumentativas-VPAs apresentaram um acréscimo de aproximadamente 20,54% em relação ao exercício de 2017 para 2018.

Dentre as VPAs que apresentaram maiores variações foram os referentes a:

- **Venda de mercadorias**- Receita de publicações no Diário Oficial eletrônico;
- **Juros e Encargos de Mora**-Juros e encargos de mora sobre créditos tributários;
- Ganhos com Incorporação de Ativos**- Doações recebidas de material de distribuição gratuita, e outros bens do Ativo; e
- **Diversas variações Patrimoniais Aumentativas**-Outras Receitas Administração Indireta não enquadradas em classificação específica do Ementário da Receita Orçamentaria.

### **12.2 Transferências e Delegações Recebidas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

A DVP, demonstra as **Transferências Financeiras e Não Financeiras**, conforme abaixo:

<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>			
	<b>(F) Financeiras</b>	<b>(P) Não Financeiras</b>	<b>Saldo</b>
Transferências Recebidas Para a Execução Orçamentária	12.737.946.016,61		12.737.946.016,61
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		1.743.558.498,67	1.743.558.498,67
Transferências Recebidas Para Aportes De Recursos Para o RPPS	57.016.033,14	22.502.256,29	79.518.289,43
<b>Transferências Intragovernamentais</b>	<b>12.794.962.049,75</b>	<b>1.766.060.754,96</b>	<b>14.561.022.804,71</b>
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas		1.606.907.048,12	1.606.907.048,12
Transferências Voluntárias		214.360.845,42	214.360.845,42
Outras Transferências Inter - União		9.973.240,08	9.973.240,08
Outras Transferências Inter - Município		1.092.923,24	1.092.923,24
<b>Transferências Intergovernamentais</b>		<b>1.832.334.056,86</b>	<b>1.832.334.056,86</b>
<b>Transferências de Instituições Privadas</b>		<b>1.320.147.752,91</b>	<b>1.320.147.752,91</b>
Transferências de Recursos do Fundeb		1.037.689.821,02	1.037.689.821,02
<b>Transferências das Instituições Multigovernamentais</b>		<b>1.037.689.821,02</b>	<b>1.037.689.821,02</b>
<b>Transferências do Exterior</b>		<b>634.413,83</b>	<b>634.413,83</b>
<b>Total</b>	<b>12.794.962.049,75</b>	<b>5.956.866.799,58</b>	<b>18.751.828.849,33</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

### 12.3 Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>			
	<b>(F) Financeiras</b>	<b>(P) Não Financeiras</b>	<b>Saldo</b>
Transferências Concedidas Para a Execução Orçamentária	12.737.946.016,61		12.737.946.016,61
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		1.743.558.498,67	1.743.558.498,67
Transferências Concedidas Para Aportes De Recursos Para o RPPS	57.016.033,14	22.502.256,29	79.518.289,43
<b>Transferências Intragovernamentais</b>	<b>12.794.962.049,75</b>	<b>1.766.060.754,96</b>	<b>14.561.022.804,71</b>
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas		3.022.372.794,96	3.022.372.794,96
Transferências ao Fundeb		1.646.045.712,80	1.646.045.712,80
Transferências Voluntárias		219.235.164,11	219.235.164,11
<b>Transferências Intergovernamentais</b>		<b>4.887.653.671,87</b>	<b>4.887.653.671,87</b>
<b>Transferências De Instituições Privadas</b>		<b>86.524.621,45</b>	<b>86.524.621,45</b>
<b>Transferências á Consórcios Públicos</b>		<b>475.000,00</b>	<b>475.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>12.794.962.049,75</b>	<b>5.956.866.799,58</b>	<b>18.751.828.849,33</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

#### 12.4 Variações Patrimoniais Diminutivas

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	35.185.129.128,69	29.881.916.651,36

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

As Variações Patrimoniais Diminutivas-VPDs apresentaram em acréscimo de aproximadamente 17,74% em relação ao exercício de 2017 para 2018.

Dentre as VPDs que apresentaram maiores variações foram os referentes a:

- **Serviços**-Serviços de terceiros PF e PJ;
- **Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos**-Juros e encargos da dívida contratual interna;
- **Variações Monetárias e Cambiais**-Variações monetárias e cambiais da dívida contratual internas
- **Desincorporação de Ativos**- Houve uma redução dos registros realizados nessa VPD, tal fato se justifica em razão da reestruturação do Estado em 2017;

- **Constituição de Provisões**- Provisões para perdas da dívida ativa tributaria e não tributaria; e

- **Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas**-Indenizações e restituições.

### **12.5 Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas	36.241.657.531,60
Variações Patrimoniais Diminutivas	35.185.129.128,69
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>1.056.528.402,91</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

## **13 Demonstração Dos Fluxos De Caixa-Anexo 18**

Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos, decorrentes de receitas originárias e derivadas, transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais.

### **13.1 Fluxos de caixa das Atividades Operacionais e de Investimento**

O valor referente as Receitas Realizadas (Anexo 12-Balanço Orçamentário), foi no total de **R\$ 14.923.502.296,31**, correspondente aos Ingressos detalhados abaixo:

<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Valor</b>
Receita Tributária	6.706.133.233,91
Receita de Contribuições	2.176.506.716,48
Receita Patrimonial	205.127.626,22
Receita de Serviços	793.328.384,43
Outras Receitas Correntes	836.054.619,94
Transferências Correntes	3.112.095.868,66
Operações de Crédito	17.613.400,00
Alienação de Bens	4.338.515,23
Amortização de Empréstimos	6.324.524,99
*Transferências de Capital	785.196.646,65
*Outras Receitas de Capital	280.782.759,80

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

\* Os valores de **R\$ 785.196.646,65**-Transferências de Capital e **R\$ 280.782.759,80** - Outros Ingressos Operacionais, que correspondem a Fluxo de Caixa de atividades de Investimento-Outros Ingressos de Investimentos no valor de **R\$ 1.065.979.406,45**.

## **14 Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Líquido-Anexo 19**

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

O Estado realizou a consolidação da DMPL da Empresa Agrosul (Em Liquidação) e da Empresa MS-Mineral.

O Patrimônio Líquido das Empresas dependentes apresentou variações conforme segue:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Agrosul</b>	(759.827.289,84)	(710.497.132,08)
<b>MS Mineral</b>	236.207,51	238.707,51
<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>	<b>(759.591.082,33)</b>	<b>(710.258.424,57)</b>

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças-SPF

**ORAIDE SERAFIM BAPTISTA KATAYAMA**  
Superintendente de Contabilidade-Geral do Estado  
Contadora CRC/MS 004115/O-0